

A EUROPA DAS NAÇÕES OU A NAÇÃO EUROPA Mitos de Origem Passados e Presentes*

Patrick J. Geary

Institute for Advanced Study, United States of America

Resumo: Este artigo começa por descrever os mitos de há muito padronizados da re-orientação dos espaços europeus trazida pela migração dos povos germânicos concomitante ao desmembramento do Império Romano. O posterior acréscimo de mitos de identidade em torno dos espaços ocupados tem sido cada vez mais debatido. Onde antes os mitos de origem espacial prevaleciam em histórias nacionais, ao longo do tempo eles sofreram mudanças no sentido de se tornarem mitos de essências nacionais ou étnicas, mitos que ainda possuem muita atração em lugares como Flandres, Catalunha ou partes da antiga Europa de Leste. Hoje, no entanto, assistimos a chamadas na Europa para histórias de identidade que transcendem a etnia, embora a questão permaneça quanto à forma como a história europeia pode ser reescrita para enfatizar a unidade sobre a especificidade étnica. A própria legitimidade de uma tal abordagem revisionista também não é clara. O que pode ser feito, por exemplo, com a herança cristã da Europa, quando a Europa é, sem dúvida agora pós-cristã em muitos aspectos? Em qualquer caso, os mitos que iriam estabilizar uma identidade europeia ainda não existem. Além do mais, as referências europeias estão cada vez mais amplas, incluindo, no mínimo, um grau de americanização e da presença do Islão. Tudo isto são coisas com que a Europa terá de lidar antes que se possa dizer que os hipotéticos mitos de identidade pan-europeus existem, tampouco são validados na vida dos seus cidadãos.

Palavras-chave: Europa; Mitos de Origem; Idade Média; Etnia; Mitos Identitários

Em 1555, Wolfgang Laz, um historiador, humanista, e cartógrafo da corte Vienense, dispôs-se a fazer uma descrição das origens dos “francos, alamanos, suevos, marcomanos, boios, carni, taurisci, celtas, e galacianos”, cujos descendentes ele julgava constituírem os habitantes das terras dos Habsburgo¹. O resultado foi a monumental obra “*De gentium migrationibus*”, a primeira tentativa exaustiva de atribuir as origens dos povos europeus a uma série de complexas migrações. Apesar de ter sido escrito em Latim, a expressão “*migrationes gentium*” de Laz foi rapidamente traduzida para alemão como *Völkerwanderung* ou Migração de Povos. No conhecimento em língua alemã subsequentemente produzido, este termo foi ganhando nova importância ideológica, especialmente na história das nações europeias e nos discursos nacionais, fornecendo às populações europeias poderosos mitos de origem. Com o tempo, a imagem dos povos germânicos, migrando para sul a partir da Escandinávia ou das costas do Báltico até chegar às fronteiras do Império Romano, a partir das quais fluíram para o mundo Romano, criando os reinos dos alanos, suevos e visigodos na

* **Tradução:** Belmira Coutinho
Revisão: Maria Manuel Baptista

Península Ibérica, os reinos Ostrogodo e, mais tarde, Longobardo na Itália, os reinos Anglo-saxónicos da Bretanha, e o, mais duradouro, reino dos francos na Gália, tornou-se uma das mais importantes explicações causais para o desaparecimento do Império Romano no Ocidente. A noção de que entre o final do séc. IV e o séc. VII a Europa foi transformada pelas migrações de povos, especialmente os germânicos, que destruíram o Império Romano e criaram as novas comunidades nacionais, que constituíam os antepassados dos modernos estados-nação, foi largamente aceite pelos académicos e pelo povo em geral. Isto era verdade mesmo nas regiões falantes de Romance, ainda que aí essas movimentações de povos fossem descritas menos como migrações ou *Wanderungen* e mais como *Las invasiones bárbaras*, *invasions barbares*, *invasioni barbariche*, ou Invasões bárbaras. Vistas quer como migrações pacíficas, numa perspectiva positiva, quer como invasões, numa perspectiva negativa, estas movimentações populacionais desde os confins da Europa ou já de fora dela para o antigo mundo Romano eram vistas como tendo sido o evento basilar da época, um fenómeno que criou o momento de aquisição primária de pátrias ancestrais. À medida que os povos europeus completavam as suas migrações, adquiriam de uma vez por todas os seus territórios sagrados, territórios esses que eles ocupariam daí em diante e onde iriam construir as suas nações. Mesmo aqueles que desapareceram, como os godos, suevos, ou os alanos, tinham ainda assim ajudado a criar as novas nações europeias; os seus sucessores completariam a tarefa e periodicamente as suas memórias seriam recordadas por regimes posteriores, mais notoriamente os godos na Espanha pós-medieval e actualmente os longobardos na Lega-Nord de Umberto Bossi, na Itália. Outros povos, mais bem-sucedidos, como os anglo-saxónicos, os francos, os lombardos, bem como povos eslavos como os sérvios e os croatas, e a nação singular dos húngaros, delinearão a sua história ininterrupta desde este momento até ao presente.

Como é que são percebidos estes povos Europeus? Dentro do campo geral dos estudos nacionalistas contemporâneos, poderíamos basear-nos em três critérios enumerados pelo investigador holandês de mitos nacionais Joep Leerssen². Segundo este autor, as definições modernas de nação combinam imagens de unidade cultural, linguística, e étnica. O autor salienta ainda que o pensamento nacional contemporâneo assume:

- 1- “que a nação é a mais natural e orgânica agregação de humanos, e a mais natural e orgânica subdivisão da humanidade; e que, como tal, a reivindicação de lealdade da nação sobrepõe-se a todas as outras alianças.”

- 2- “que o estado-nação baseia a sua incumbência e soberania na incorporação de uma nação constituinte, de modo que a lealdade cívica para com o estado é uma extensão natural da solidariedade (cultural, linguística, étnica) nacional;”
- 3- “que territorial e socio-politicamente, a mais natural e orgânica divisão da humanidade em estados se faz ao longo de linhas (culturais, linguísticas, étnicas) “nacionais”, de modo que, idealmente, há uma sobreposição sem falhas entre o desenho do estado e o da sua nação constituinte”³.

Tal como Leersen destaca, nenhuma destas características suporta uma análise profunda. Não há nada de “natural” no direito natural à soberania baseado na cultura comum, e nem sequer a língua, os costumes e a cultura comuns o são realmente: são tudo abstrações, o resultado de, como diz Benedict Anderson, uma comunidade mais imaginada do que vivida⁴. Estas comunidades tampouco correspondem a fronteiras territoriais nítidas: a etnia não se pode mapear geograficamente, excepto se essa coincidência for resultado de limpeza étnica. Não obstante, estas características do pensamento nacionalista continuam a manter grande parte da humanidade sob um poderoso feitiço, mesmo na nova Europa do século XXI.

Estes mesmos princípios não são estranhos às definições pré-modernas de *nationes* ou *populi*. *Natio*, com etimologia em *nascor* (nacer, provir), sugere uma descendência comum. Tal como sugeriu Cassiodorus, o senador Romano ao serviço do governante godo Teodorico o Grande, “o termo nação exclui os estrangeiros e inclui apenas os que partilham o nosso sangue”⁵. Nas célebres palavras do clérigo e cronista Regino de Prum, “as diferentes nações de povos distinguem-se por nascimento, costumes, língua, e leis”⁶. Definições como esta têm implícita uma identidade natural e objectiva que pode ser reconhecida tanto pelos membros da nação como por estrangeiros, uma identidade à qual não se pode fugir e que deve ser adoptada.

E, no entanto, é precisamente a existência objectiva das nações que se tornou num assunto amplamente debatido, não só no presente, mas também - talvez especialmente - no passado. Laz teve que desenvolver argumentos com alguma elaboração, retirados de fontes bíblicas e clássicas e das suas incursões pela filologia comparada, para sustentar as suas teorias da migração dos povos, teorias essas que, segundo ele mesmo reconheceu, seriam rejeitadas por muitos. Do mesmo modo, hoje em dia os chamados povos da Europa, passada e presente, desaparecem numa tradição discursiva contraditória. Em décadas recentes, a imagem de povos bárbaros a espalhar-se através do Reno, dos Alpes, e dos Pirenéus, de bandos eslavos a emergir do norte da Ucrânia para conquistar as regiões do norte do Império Romano e para ocupar as terras

abandonadas pelas migrações germânicas, destruindo uma civilização antiga no processo (ou, na versão alternativa, renovando com “sangue novo” um mundo Romano débil e cansado), tem sido questionada pelos historiadores. A primeira tentativa de revisão desta imagem centenária começou com Reinhold Wenskus, um medievalista alemão que também estudou antropologia, e que se aventurou a escrever que, ao invés de conceberem os migrantes como um povo, talvez eles fossem na realidade uma pequena elite que transportava consigo um “núcleo de tradição” em torno do qual novas comunidades podiam ser criadas⁷. Um pouco mais radical, Walter Goffart, historiador da Antiguidade tardia, rejeitou totalmente a ideia de migrações, defendendo que a ideia de migração de uma pátria ancestral a norte é ficção literária⁸. Para além disso, este autor rejeita igualmente a imagem de vastas hordas bárbaras espalhando-se para além das fronteiras Romanas e forjando novos reinos e territórios no coração do Império. Em substituição dessa ideia, Goffart entende que este processo consistiu num número relativamente pequeno de guerreiros bárbaros, maioritariamente membros do exército Romano, que se estabeleceram no mundo Romano de acordo com uma cuidadosa atribuição não de terras mas de rendas, o que resultou em mudanças sociais ou políticas pouco significativas no mundo do antigo Império. No outro extremo do espectro cronológico, somos hoje encorajados a minimizar não só o passado remoto dos povos europeus como também o seu presente: cada vez mais os cidadãos da União Europeia estão a ser evocados como uma comunidade imaginada distinta: como Europeus, uma identidade talvez tão problemática como as identidades nacionais particularistas que é suposto substituir.

Será que os povos da Europa emergiram no início da Idade Média como resultado das migrações bárbaras? Este debate continuaria no reino da discussão histórica, sujeito a calorosos, mas académicos debates sobre a chegada da revolução agrícola à Europa ou sobre a natureza da colónia da América do Norte do outro lado do Estreito de Bering, não fosse o facto de que, desde a época de Laz, a significância de migrações como a germânica, a mais tardia eslava, ou a ausência de migrações, se ter tornado um assunto central não só na academia, mas no auto-entendimento das nações europeias, não no passado distante, mas no presente e no futuro. Se a emergência das nações da Europa teve lugar durante o período de migrações, então as reivindicações de identidade, de direito à terra, continuam a estar ligadas ao modo como se entende que as *migrationes gentium* aconteceram. Se não aconteceram, existirá então talvez um só povo europeu, uma só nação europeia, que transcende não só o tempo como séculos de violência e competição, muitas vezes amargas?

O objectivo deste ensaio não é o de entrar em debates sobre a realidade, o tamanho, os efeitos, e os processos das migrações bárbaras. Este é um debate importante, mas que deve ser deixado para outra altura e outro lugar. Em vez disso, pretendo explorar as histórias que foram contadas e que continuam a ser contadas sobre estes povos e sobre as nações que afirmam serem descendentes mais ou menos directos deles. Estes mitos de origem continuam a ter um grande poder de atracção, independentemente de serem ou não fundados em acontecimentos históricos. Tal como o grande historiador francês Marc Bloch salientou, os mitos de origem nunca são sobre princípios, e sim sobre essências, e assim os mitos de origem europeus, do presente e do passado, continuam a desempenhar um papel vital, ainda que muitas vezes de forma inconsciente, nas políticas identitárias da actualidade.

Deste modo, será adequado, desde o início, recordar que Wolfgang Laz não estava, de modo algum, a tentar explicar a queda do Império Romano através dos seus relatos sobre as migrações. Tal como era apropriado para um humanista na corte dos Habsburgo, os seus interesses eram, em primeiro lugar, dinásticos, e mesmo genealógicos: a descrição das origens de uma nova *gens*, a *gens Austriadum*. Ao proceder desse modo, o seu objectivo era o de combater um passado alternativo: tal como afirma na sua conclusão, Laz estava certo de que a sua visão sobre as migrações seria sujeita a muitas críticas, especialmente devido ao facto de que, como ele diz, “nestes dias ninguém fica satisfeito se não conseguir estabelecer a sua ascendência até Troia”⁹.

O mito das origens troianas, tanto na versão Virgiliana como no modo como foi recontado desde pelo menos o século VII, enquanto relato das origens dos francos, havia desde há muito conferido um sentimento de origem comum e civilização partilhada à população europeia, quer fosse falante de línguas germânicas quer de Romance. Em conjunto com o Cristianismo, o mito classicizante comum fornecia o suporte para uma cultura comum. Laz representa uma tentativa inicial de se distanciar deste passado, de substituir o poderoso mito de origem troiano unificador por ancestralidades alternativas, ancestralidades que poderiam levar a novos entendimentos de identidade e origens nacionais e destino. Assim, os novos mitos de origem foram posicionados de modo a substituir, ou pelo menos competir com, os mitos de origem mais antigos.

A origem troiana era um mito de origem pan-europeu; o outro, ainda poderoso no séc. XVI, era o relato bíblico da dispersão de povos depois do Dilúvio e especialmente depois da destruição da Torre de Babel. Juntas, estas duas tradições, a Clássica e a

bíblica, representavam os modos fundamentais de perceber e classificar os povos durante a Idade Média.

O mito de origem troiana foi apenas um dos que mais perdurou da tradição Clássica. Os historiadores e geógrafos gregos, e, mais tarde romanos, tinham um entendimento complexo e dicotómico dos povos, tanto do seu como daqueles com quem contactaram.

A divisão etnográfica fundamental no mundo Clássico situava-se entre os helénicos, ou, mais tarde, os romanos, e os bárbaros. Os autores clássicos estavam cientes da complexidade e da historicidade das suas próprias comunidades civilizadas. Os romanos, em particular, percebiam que o *Populus Romanus* era uma amálgama de várias comunidades diferentes, unidas pela lei e pela constituição. Contudo, os bárbaros, os *gentes*, eram percebidos mais como parte do mundo natural do que do histórico. Para os etnógrafos gregos, a começar por Heródoto, estes povos estrangeiros eram eternos, e as origens de povos específicos podiam ser encontradas ou na autoctonia ou na migração. Na sua famosa justaposição dos egípcios e dos citas Heródoto considera que os primeiros, juntamente com os frígios, se encontram entre os povos mais antigos, e, mais do que isso, que são um povo que nunca deixou o seu local de origem, ainda que se tenha expandido para além dele. Ao rever as possíveis origens dos egípcios, afirma: “eu acredito que os egípcios não surgiram com a criação do que os Jónios chamam o Delta: eles existem desde que os homens foram feitos”¹⁰.

Heródoto relata, por contraste, que os citas eram um dos povos mais jovens, tendo fornecido três hipóteses para as suas origens - uma que ele considera ser a dos próprios citas, outra dos gregos pônticos, e ainda outra à qual não atribui nenhuma fonte, mas que ainda assim prefere. O mito de origem cita é de autoctonia:

No início, um certo Targitaos, filho de Júpiter e de uma filha de Boristenes, foi o primeiro homem que alguma vez viveu no seu país. Ele teve três filhos, Leipoxais, Arpoxais e Colaxais, o mais novo dos três. Enquanto eles ainda governavam, caíram do céu quatro utensílios, todos de ouro – um arado, uma junta de bois, uma acha-de-armas e uma caneca. Os irmãos tentaram pegar nos objectos à vez, mas só o irmão mais novo o conseguiu. Por esse motivo, os irmãos mais velhos acordaram que devia ser ele a governar o reino. Foi de cada um dos três irmãos que descenderam as diferentes divisões dos citas¹¹.

Este famoso relato e a muito comentada narrativa apresentam um esquema clássico que transcende os citas: é, em primeiro lugar, um relato da origem da família real, mas

também de um povo. Um primeiro humano, com origens semi-divinas, torna-se o pai de todo um povo, ao mesmo tempo que as divisões entre os diferentes membros deste povo são explicadas como descendentes dos diferentes filhos do fundador. Veremos este modelo frequentemente no futuro.

Os gregos pônticos tinham um mito de origem diferente, mas ainda assim típico: atribuíam as origens dos citas ao herói grego Hércules, que deambulou pela região da Cítia com os seus cavalos, que desapareceram numa tempestade. Foram descobertos por ele nas mãos de um monstro, metade mulher, metade serpente, tendo exigido que Hércules se deitasse com ela para ter os seus animais de volta. Ele assim fez e o resultado foi o nascimento de três filhos. Só um, Scythes, foi capaz de superar um teste de força que o seu pai deixou para os filhos, e foi dele que descenderam os reis dos citas¹².

A última história, a preferida por Heródoto, é mais prosaica. De acordo com o seu registo, os citas tinham antes vivido na Ásia, mas foram expulsos pelos masságetas, tendo acabado por chegar às terras dos cimérios. Confrontados com uma invasão, alguns dos cimérios optaram por partir, mas outros escolheram ficar e lutar, tendo sido derrotados pelos citas, que ocuparam depois as suas terras¹³.

É imediatamente evidente que este último não se trata de modo nenhum de um mito de origem no sentido da origem de um povo: o povo já existe mas não possui terras. É antes a história do modo como este povo adquiriu a Cítia, um “Landnahme”, como os estudiosos alemães viriam mais tarde a chamar ao momento de aquisição primária de um território. A suposição implícita num tal relato é que quaisquer reivindicações anteriores pelo direito à terra (tal como neste caso a dos cimérios) foram extintas; e assim sendo todas as subseqüentes tentativas de retirar a terra aos citas seriam ilegítimas.

Estas histórias de povos como descendentes de um antepassado comum, muitas vezes semi-divino, ou como resultado de migrações de um local indefinido, são comuns aos mitos de origem europeus durante milénios. Quando, pelo final do séc. I, Cornelius Tacitus se dispôs a registar as origens dos germanos, também ele falou de um Mannus, filho do deus Tuisto que, tal como o cito Targitaos, teve três filhos dos quais descenderam as três divisões dos germanos¹⁴. Muitos outros mitos de origem, como o dos croatas ou dos búlgaros, atribuiriam também a origem do povo à descendência das suas primeiras famílias reais. Estes também não diferem na sua essência dos mitos bíblicos encontrados no Génesis: o capítulo 10 do Génesis conta que, tal como Targitaos e Mannus, Noé teve três filhos: Sem, Cam, e Jafé. É aos seus descendentes que são

depois atribuídas as origens dos povos conhecidos, e o capítulo conclui: “delas descendem os povos que se espalharam, após o dilúvio, sobre a terra”.

Uma característica destes primeiros mitos de origem era que eles tendiam a colocar as movimentações de povos num qualquer passado primordial e depois a estabelecer-lhes rapidamente uma ligação com uma geografia específica. Os nomes dos povos identificados pela primeira vez por histórias gregas ou bíblicas como habitando um local específico tendiam a ficar ligados às populações daquelas regiões de aí em diante. Para voltar aos citas, por exemplo, Plínio, quatro séculos depois de Heródoto, continuava a rotular todos os povos a norte do Danúbio como citas: “daqui para a frente todas as *“gentes”* são citas”, escreve ele, embora distinga entre os citas, os getas, os sármatas, os aorsi, os alanos, e os rioxolani.¹⁵ E estes, como ele assegura aos leitores, são todos citas, apesar de não usarem esse termo: “o nome dos citas espalhou-se em todas as direcções, tão longe quanto os sármatas e os germanos, mas esta designação antiga não perdurou excepto nas secções mais marginais destas *“gentes”*, que vivem de forma quase desconhecida para o resto da humanidade”¹⁶. E três séculos mais tarde, o general romano Ammianus Marcellinus (325/330– depois de 391), continua a incluir todos os povos a norte do Danúbio como citas: “inúmeros povos citas cujas terras se expandem sem limite conhecido, dos quais uma pequena parte vive do cereal, mas cujo resto deambula por vastos desertos”¹⁷.

A partir do séc. III, os cronistas cristãos universais, ao escreverem sob influência dupla da etnografia clássica e da história bíblica, procuravam colocar nestas estruturas herdadas os povos bárbaros com quem contactavam. Deste modo, por exemplo, os godos tornaram-se nos getas, enquanto outros povos como os hunos foram identificados com os descendentes de Gogue e Magogue. Novas variantes destes mitos de origem apareceram também quando autores completamente romanizados e cristianizados, alguns afirmando serem novos descendentes dos povos antigos que tinham penetrado no império nos séculos IV a VII, começaram a tentar compreender a sua origem dentro da tradição cultural clássica cristã. Deste modo, Jordanes, um descendente de godos que moravam em Constantinopla no séc. VI, providenciou uma pré-história dos godos/getas, registando que os godos tinham vindo originalmente da ilha de Scanda, identificada frequentemente daí em diante como Escandinávia, uma origem eventualmente reivindicada também por vândalos, burgúndios, gépidas, hérulos, e lombardos¹⁸. Os francos, menos certos das suas origens, ligaram-se, no séc. VII, ao rei Príamo de Troia, pretendendo que, a seguir à sua expulsão de Troia, uma parte do seu povo se tinha tornado macedónio, enquanto a outra, tomando o nome do seu rei, Francio, se tornou nos francos.

Esta reivindicação de origens troianas tornou os francos ao mesmo tempo irmãos dos romanos, que também descendiam de um herói troiano, ainda que menor que Príamo, e também dos macedónios, e em particular de Alexandre, o Grande, que permaneceu, durante a Idade Média, um herói e um conquistador universalmente aclamado. Este mito de origem, muito mais do que as lendas de origens escandinavas, apelava à sociedade medieval e a grande parte da sociedade moderna porque estabelecia uma ligação próxima entre as elites francas e a civilização romana. Hoje em dia o debate sobre se os bárbaros destruíram o Império Romano continua, mas para os francos, godos, lombardos e outros, a sua perspectiva era que tinham, na realidade, salvo e restabelecido o Império.

Os cristãos europeus, pelo menos a partir do séc. IX, não tinham dúvidas sobre qual origem preferiam: entre romanos e bárbaros, a sua identidade estava intimamente ligada à dos romanos, enquanto que a identidade bárbara foi crescentemente deslocada dos estados da Europa pós-romana para as sociedades romanas ou muçulmanas nos limites deste mundo em rápida expansão. Nacionalidades e nações específicas eram certamente reconhecidas e mesmo por vezes celebradas (ou atacadas), mas mitos de origem como os que foram atacados por Laz sobre as origens comuns dos francos (por esta altura percebidos como nobreza europeia) e dos romanos eram amplamente aceites. Para além disso, as diversas “*nationes*” eram, cada vez mais, percebidas como não mais do que subgrupos do grande “*populus christianus*”, o povo cristão, que segundo a perspectiva eclesiástica romana deveria ser governado por Roma. De facto, este tinha sido o grande resultado da descrição feita por Regino de Prüm que contemplava diferentes nações divididas segundo origens, costumes, línguas, e leis: o que era essencial, segundo defendia o autor, não eram estas diferenças, mas sim o facto de estarem todos unidos por uma fé, mesmo se os costumes locais fossem diferentes¹⁹. O que interessava fundamentalmente para a elite europeia era a sua unidade, não a sua diversidade.

Todavia, Laz e os intelectuais alemães seus contemporâneos estavam a dar início a um processo de transformação, um novo modo de entender a identidade, ou de imaginar a comunidade – o qual iria derrubar a crença europeia num mito de origem romana comum, tal como, em última análise, na unidade do “*populus christianus*”. Este processo começou no final do séc. XV e, como Caspar Hirschi defendeu, colocou humanistas alemães ao serviço dos Habsburgo em competição com os humanistas italianos²⁰. Os humanistas do norte iniciaram um processo de re-diferenciação das nações, não só enquanto estados contemporâneos mas também enquanto povos com as suas histórias não-romanas individuais. A redescoberta da “*Germania*” de Tácito foi

crucial neste processo, sendo de uma importância incalculável para os intelectuais falantes de alemão, como também o eram tradições da erudição como a de Laz, que tentavam distinguir os vários povos europeus segundo critérios linguísticos e de origem. Laz estava convencido de que as principais línguas da Europa, incluindo as dos “hispanicos, gauleses, *belgae*, ítalos e longobardos” derivavam na realidade do que ele chamava teutão (uma designação ampla originalmente aplicada ao vernáculo franco)²¹, dando assim precedência às migrações dos povos teutões. Ao mesmo tempo, o autor defendia que o carácter essencial dos povos não mudava ao longo do tempo ao ponto de ser “necessário conhecer a migração dos povos, não só para se ter uma melhor compreensão da história, mas, verdadeiramente, de modo a expor as origens destes povos, os quais, com a sucessão de tantos séculos, não são muito influenciados por língua e costumes”²².

O resultado deste movimento, que se intensificou durante a Reforma, conduziu a uma busca crescente por antiguidades alternativas, por outras maneiras de entender as origens dos povos e das nações da Europa. Velhos mitos de origem nacionais como os dos longobardos e dos godos foram reavivados, enquanto novos mitos foram gerados, maioritariamente focados na chamada “era das migrações”. As convulsões da Revolução Francesa contribuíram para a politização desta busca, tanto como a reação ao imperialismo francês em regiões de língua alemã, como enquanto meio para estabelecer direitos políticos entre grupos minoritários nos impérios Russo, dos Habsburgo e Otomano.²³ Rapidamente, por toda a Europa, uma história baseada na ciência e na filologia, e posta agora ao serviço da nação, estava a gerar mitos nacionais, mitos que enfatizavam não só as origens, mas principalmente as essências dos povos da Europa e, assim, o número de povos que encetou esta história começou a crescer incessantemente.

Revivalismos nacionais na Escandinávia geraram mitos anti-germânicos na Dinamarca e mitos anti-dinamarqueses na Noruega, ambos retirando inspiração do material da saga islandesa para elaborarem interpretações particulares das suas origens nacionais²⁴. Na Boémia, filólogos e nacionalistas checos fizeram renascer os mitos fundadores do séc. XI constantes na crónica de Cosmas de Praga, indo mesmo ao ponto de forjar novos textos vernaculares sobre a mítica fundadora da nação Boémia, Lebusa²⁵. Os nacionalistas húngaros, excitados pela descoberta da relação entre a língua húngara e a finlandesa, debateram sobre a possibilidade de as origens dos magiares estarem nos guerreiros de Átila, o Huno, ou nos pescadores do mar Báltico²⁶. Os romenos procuraram origens nacionais nos legionários do imperador romano Trajano que derrotou os dácios, cujo reino, situado na actual Transilvânia, também

tornou esta disputada região húngara no coração mítico da nação romena. Na Bulgária, uma forte identificação com origens pan-eslavas defendidas por historiadores como Marin Drimov dominou o discurso nacional até ao início do século XX, quando a atenção começou a deslocar-se para os “antigos búlgaros” como descendentes da “raça” dos citas e dos sármatas²⁷. Em Inglaterra, os raciais anglo-saxonistas argumentavam que as invasões anglo-saxónicas do séc. V tinham expulsado para Gales ou erradicado completamente a população celto-britânica, deixando Inglaterra como uma nação anglo-saxónica pura²⁸. E claro, na Alemanha, os mitos da pureza e virtude alemães derivadas de Tácito contribuíram para a criação de uma Alemanha unida sob o jugo prussiano antes de, no séc. XX, entrar numa espiral da pior violência racial nacionalista.

É difícil, da perspectiva do século XXI, considerar o fruto de uma mitologização tão particularista exerceu uma influência positiva na Europa. Não obstante, desde o colapso do Império Soviético há duas décadas, líderes populares nacionalistas a leste e a oeste perceberam que dar atenção a estes velhos mitos de um passado heroico, encontrando uma origem nacional primariamente adquirida e uma cultura unificada tem o poder de motivar as massas. Isto é verdade na Europa do leste, mas é verdade também em partes da “velha Europa” tais como a Bélgica, onde a identidade étnica flamenga destruiu quase por completo qualquer identidade nacional que restasse, ou na Catalunha, onde a identidade catalã separou esta região da Espanha em tudo menos na lei.

Em parte como reacção a estes movimentos, e em parte como resposta a medos de novas *Völkerwanderungen*, novas migrações, agora de África e da Ásia Menor, ouvimos vozes que parecem estar a apropriar-se de algo do género dos chamamentos antigos, pré-modernos, apelando a uma identidade comum que transcende a nação étnica. Quais são os novos mitos nacionais nos quais se poderia basear uma identidade nacional europeia? Quais seriam os perigos dessa nova identidade?

Uma história partilhada é um elemento poderoso em tal criação, mas como pode a história da Europa ser escrita e entendida de um modo que conduza a unidade, ao invés de reacender velhos antagonismos, guerras e mal-entendidos? Efectivamente, tais projectos estão actualmente em curso e alguns historiadores acreditam que, nas palavras de Jürgen Elwert, “tal como as histórias nacionais do século XIX forneceram elementos fundamentais sobre os quais as identidades nacionais se escoraram, a pesquisa histórica europeia moderna deve contribuir para sustentar o processo de integração europeia ao fornecer argumentos que o acompanhem”²⁹. Mas será que

substituir mitos de origens nacionais instrumentalistas por mitos de integração europeia instrumentalistas terá mais legitimidade? Não acarretará isto os seus próprios perigos? Tomemos em consideração o discurso proferido por Geert Wilders em 25 de março de 2011, no qual o líder do terceiro maior partido político na Holanda comparou explicitamente as invasões bárbaras do século VI com as actuais migrações do mundo islâmico, apenas para concluir que estas últimas representam um maior perigo para a existência da Europa do que as primeiras.

Haverá realmente uma identidade europeia partilhada? Existirão, por exemplo, “lieux de mémoire” da Europa? O centrista europeu Robert Schuman fez uma tentativa efectiva de imaginar tal conjunto. Contudo, tal como Gerard Bossuat sugeriu, quando convidado para escrever um artigo intitulado “Lieux de mémoire para uma Europa unida”, “os lieux de mémoire da Europa unida são menos numerosos do que os da Europa desunida”³⁰.

Se não é possível encontrar-se uma identidade nacional europeia num passado comum, devemos virar-nos, como na Idade Média, para a noção de um “*populus christianus*”? Esta é uma ideia cuja popularidade tem vindo de facto a crescer, ao mesmo tempo que o medo da islamização da Europa também cresce. Mas a noção de uma herança cristã partilhada tem os seus problemas: distante o bastante das divisões históricas entre católicos e protestantes, ainda visíveis na Irlanda do norte, ou entre ortodoxos e católicos nos Balcãs, há a realidade inegável de que o cristianismo na Europa foi durante grande parte da sua história a fonte ideológica para o tipo de intolerância, repressão de mulheres e minorias e políticas iliberais que os europeus criticam no Islão dos nossos dias. Para além disso, a Europa nunca foi inteiramente cristã: as suas populações muçulmana e judia sempre foram uma realidade, e o tratamento dado a estas comunidades sempre fez parte das vergonhas mais profundas da Europa. Finalmente, existe a realidade de que o cristianismo, para a maioria dos europeus, é em grande parte uma tradição do folclore: em vez de se voltar para uma identidade cristã, a Europa poderia, mais honestamente, falar de uma identidade pós-cristã. Hoje em dia a Europa cristã é cada vez mais um mito, tanto quanto o é o das origens troianas dos francos.

Onde é que isto nos deixa? Os mitos que criaram as nações da Europa, se não desapareceram, estão deteriorados e a ficar progressivamente ultrapassados; os mitos que iriam criar uma identidade europeia ainda não existem. Será que a única fonte de uma identidade nacional europeia só pode ser encontrada em oposição a uma ameaça percebida como comum, quer se trate do império americano quer do islão em

expansão? Mas a americanização da Europa, para o bem e para o mal, já é, seguramente, uma realidade, e o Islão tem raízes profundas na Europa, como parte da sua tradição religiosa mais dinâmica. Uma nova nação europeia terá que aceitar estas novas, ainda que preocupantes, realidades.

¹ Wolfgang Lazius, *De gentium aliquot migrationibus: sedibus fixis, reliquis, linguarumque initiis & immutationibus ac dialectis, libri XII ...* (Basel: Johannes Oporinus, 1557). Sobre Laz ou Lazius vide Herwig Wolfram, “Gothic History and Historical Ethnography,” *Journal of Medieval History* 7 (1981): 311-12; Arno Strohmeyer, “Geschichtsbilder im Kulturtransfer: Die Hofhistoriographie in Wien im Zeitalter des Humanismus als Rezipient und Multiplikator,” in *Metropolen und Kulturtransfer im 15./16. Jahrhundert. Prag–Krakau–Danzig–Wien*, ed. Andrea Langer & Georg Michels (Stuttgart: Franz Steiner, 2001), 65–84; Kristoffer Neville, „Gothicism and Early Modern Historical Ethnography,” *Journal of the History of Ideas* 70 (2009): 213-234, esp. pp. 224-225; and Walter Goffart, *Rome’s Fall and After* (London: 1989), 122.

² Joep Leerssen, *National Thought in Europe: A Cultural History* (Amsterdam, 2006).

³ *Ibid.*, p. 14.

⁴ Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, revised edition (London: 1991). Anderson confere um sentido muito particular a “imaginada”. Uma vez que mesmo os membros de nações pequenas podem nunca conhecer todos os outros membros, imaginam-se parte de uma comunidade maior, que eles nunca conseguiriam conhecer completamente. Todavia, ao contrário daqueles que diriam que, porque a nação é inventada, ela é de certo modo falsa, Anderson afirma que imaginar a nação é o processo pelo qual uma verdadeira comunidade pode ser criada.

⁵ Sobre a distinção feita por Cassiodorus, entre *gens* e *natio* vide Verena Postel, *Die Ursprünge Europas. Migration und Integration im frühen Mittelalter* (Stuttgart: 2004), p. 60. Cassiodorus explica a distinção do seguinte modo: “uma *gens* pode incluir alguns membros estrangeiros, e quando falamos de *natio*, não incluímos os que entraram nela, já que o termo *natio* exclui estrangeiros e inclui apenas aqueles do mesmo sangue.” (Gens enim aliquos potest habere peregrinos, et dum natio dicitur, non advenas complectimur, sed tantumgentem unius sanguinis indicamus). Cassiodorus *Exp. In psalmum XCV v. 7 PL 70:679*.

⁶ *Diversae nationes populorum inter se discrepant genere moribus lingua legibus.* Regino of Prüm, *De synodalibus causis* ed. F. Kurze, MGH SS rer. Germ. 1890. xix f.

⁷ Reinhard Wenskus, *Stammesbildung und Verfassung; Das Werden der frühmittelalterlichen Gentes*. Cologne: 1961).

⁸⁸ Goffart desenvolveu esta sua ideia em várias publicações polémicas. Vide, mais recentemente, *Barbarian Tides: The Migration Age and the Late Roman Empire* (Philadelphia, 2006).

⁹ “Quando iam nemo non Troiana sibi antiquitate atque origine placet.” Lazius, *De gentium aliquot migrationibus* p. 675.

¹⁰ Heródoto, *Histories*, Bk. II, 15.Tr. G. P. Gold, Lobe Classical Library 117 (Cambridge, Ma.:1920), p. 293.

¹¹ *Ibid.* Bk. IV, 5-6.

¹² *Ibid.* Bk. IV, 8-10.

¹³ *Ibid.* Bk. IV, 11.

¹⁴Tácito, *Germania*, 3.

¹⁵ Plínio, *Naturalis historia*, Bk. IV, 80.

¹⁶ *Ibid.*, Bk. IV, 82.

¹⁷ Ammianus Marcellinus, *Rerum gestarum libri*, 22, 8, 42.

¹⁸ Sobre estas lendas de origem *vide* Walter Goffart, *The Narrators of Barbarian History: Jordanes, Gregory of Tours, Bede, and Paul the Deacon* (Princeton, 1988), 2nd ed. Notre Dame, In. 2005) para a perspectiva mais extrema que rejeita a possibilidade de que estas narrativas medievais contenham alguma informação sobre as sociedades bárbaras antes da sua entrada no mundo Romano.

¹⁹ ita sancta universalis aecclesia toto orbe terrarum diffusa, quamvis in unitate fidei coniungatur, tamen consuetudinibus aecclesiasticis ab invicem differt. *Ibid.*, p. xx.

²⁰ Caspar Hirschi, *Wettkampf der Nationen: Konstruktionen einer deutschen Ehrgemeinschaft an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit* (Göttingen: Wallstein Verlag, 2005).

²¹ Hirschi, 146-47.

²² Lazius, *De gentium aliquot migrationibus*, p. 4.

²³ Sobre o complexo tema do nacionalismo e medievalismo no séc. XIX *vide*, entre outros estudos, Joep Leerssen, *National Thought in Europe: A Cultural History* (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006: e Patrick J. Geary e Gábor Klaniczay, eds. *Manufacturing Middle Ages: Entangled History of Medievalism in Nineteenth-Century Europe* (Leiden: Brill, in Press).

²⁴ Sverre Bagge, “Oehlenschlaeger and Ibsen: National Revival in Drama and History in Denmark and Norway c. 1800-1860” in Geary and Klaniczay, *Manufacturing Middle Ages*.

²⁵ Pavilina Rychterova, “The Manuscripts of Grünberg and Königinhof: Romantic lies about the glorious past of the Czech nation,” in *Authenticity and Forgery in Nineteenth*

Century Medievalism, Ed. János Bak, Patrick Geary & Gábor Klaniczay, (Leiden: Brill, in Press).

²⁶ Sobre os mitos de origen húngaros e a “guerra úgrica-turca” *vide* Gábor Klaniczay, “The Myth of Scythian Origin and the Cult of Attila in the Nineteenth Century, “ in *Multiple Antiquities-Multiple Modernities, : Ancient Histories in Nineteenth Century European Cultures* Ed. Gábor Klaniczay, Michael Werner, and Ottó Fecser (Frankfurt: Campus Verlag, 201), 185-211.

²⁷ Stefan Detchev, *Between Slavs and Old Bulgars: “Ancestors”, “Race” and Identity in Late Nineteenth and Early Twentieth Century Bulgaria,* in Geary and Klaniczay, *Manufacturing Middle Ages*.

²⁸ Patrick J. Geary, “Teutonische Rassenideologie im Amerika des neunzehnten Jahrhunderts,” in *Zur Geschichte der Gleichung 'germanisch – deutsch: Sprache und Namen, Geschichte und Institutionen* ed. H. Beck, D. Geuenich, H. Steuer, (Berlin: 2004), 343-356.

²⁹ Cit. in Konrad Hugo Jarausch, Thomas Lindenberger, *Conflicted Memories: Europeanizing Contemporary Histories* (New York: Berghahn Books, 2007). p.2. O texto de Elvert está disponível on-line sob o título “Vom Nutzen und Nachteil der Nationalhistorie für Europa,” em <http://www.heidelberger-lese-zeiten-verlag.de/archiv/online-archiv/elvert.pdf>

³⁰ *Vingtième Siècle. Revue d'histoire* No. 61, Jan. - Mar., 1999.

Este artigo foi originalmente apresentado no congresso internacional “A Europa das Nacionalidades - Mitos de Origem: Discursos Modernos e Pós-Modernos”, na Universidade de Aveiro, em Maio de 2011.

Patrick Geary é um historiador norte-americano. A partir de 1 Janeiro de 2012, tornou-se professor de História Medieval do Instituto de Estudos Avançados, localizado em Princeton, New Jersey, e Distinto Professor Emérito de História Medieval na Universidade da Califórnia, Los Angeles, localizada em Los Angeles, Califórnia.
geary@ias.edu